



REQUERIMENTO Nº 01/PEV/2018

Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa
Arqt.ª Helena Roseta

Assunto: Concessão da gestão do Teatro Maria Matos a uma entidade privada

Através de uma entrevista publicada num órgão de comunicação social, foi comunicada a intenção de o executivo concessionar a gestão do Teatro Municipal Maria Matos a uma entidade privada. Ou seja, a mesma situação que sucedeu com o Cineteatro Capitólio, depois de ter sido reabilitado com fundos públicos.

Ao longo dos anos investiu-se neste teatro, que se encontra a funcionar e com actividade permanente e a crescer, através de obras de requalificação, da aquisição de equipamentos, da formação de recursos humanos, entre outros investimentos.

Ora, a intenção de entregar o Teatro Maria Matos à gestão privada acabaria por anular este investimento e colocaria em risco a vocação pública deste equipamento cultural.

Acresce a este facto, esta intenção não ter sido devidamente debatida, situação denunciada pelo Partido Ecologista Os Verdes na reunião de Assembleia Municipal do dia 19 de Dezembro, sem que o executivo tivesse respondido às questões colocadas.

Neste momento, existe uma petição pública “Por uma gestão pública do Maria Matos” que conta já com mais de duas mil assinaturas.

Para Os Verdes, esta concessão representa uma externalização e a privatização de serviços que devem ser competência da Câmara Municipal, sendo mais um exemplo do esvaziamento do pelouro da Cultura que se tem registado nos últimos anos, e que é fundamental reverter.

Assim, ao abrigo da al. g) do art.º 15º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, vimos por este meio requerer a V. Exª se digne diligenciar no sentido de nos ser facultada a seguinte informação:

1. Considera a CML que não estará em condições de continuar a assumir a gestão deste espaço cultural?
2. A avançar esta concessão, quem determinará os custos de acesso a eventos promovidos no Teatro Maria Matos?
3. Foram, em momento algum, ouvidos os agentes culturais e os trabalhadores para definir a política cultural?

Requer-se ainda, nos termos regimentais aplicáveis, que nos seja igualmente facultado:

1/2



- O Plano referente à Rede de Teatros Municipais de Lisboa.

Assembleia Municipal de Lisboa, 9 de Janeiro de 2018

O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes

Cláudia Madeira

J. L. Sobreda Antunes